

Passarinho acha que cassações vão demorar

José Paulo Lacerda/AE

Senador teme que a presença de políticos suspeitos comprometa os trabalhos da revisão

CHICO OTAVIO

BRASÍLIA — O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), tem pressa no julgamento, pelas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, dos parlamentares que tiveram proposta a cassação de seus mandatos. Se demorar, na opinião de Passarinho, os trabalhos da revisão constitucional podem ter a sua credibilidade posta em dúvida, pois esses parlamentares não apenas poderão participar como influir nas emendas que estarão sendo votadas. "Eles podem não querer assinar o recibo, mas espero que tenham auto-estima e não apareçam na revisão."

Ao contrário do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que espera julgar todos os acusados em 45 dias, Passarinho acha que, devido a questões regimentais, a análise dos processos vai demorar "alguns meses". A dificuldade de Inocêncio em justificar o rito sumário para o processo de cassação foi apontada por Passarinho como principal obstáculo para a conclusão dos trabalhos em menos de dois meses. "Ele não vai encontrar uma forma de legitimar isso", previu. O senador disse que não há como impedir que os 18 parlamentares indicados para a cassação participem da reforma constitucional. Mas alertou: "Se eles forem, dificilmente escaparão das piadas, como acontecia na época dos senadores biônicos, alvo de muita ironia dos parlamentares eleitos durante os governos militares."

Passarinho garantiu que não houve acordo entre partidos para livrar os deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), José Luiz Maia (PPR-PI) e outros parlamentares da lista de indicados para cassação. "Que acordo iríamos fazer com pessoas cuja biografia é bem menor que a dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Ricardo Fiúza (PFL-PE)?" O senador ressaltou ainda que o deputado José Luiz Maia não está totalmente livre do processo. "Ele ainda não foi liberado. O caso foi enviado à Mesa Diretora da Câmara e deve prosseguir", informou.

Livre — Um dia após a conclusão da CPI, Passarinho disse ontem



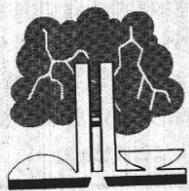
Pedido: "Espero que tenham auto-estima e não apareçam"

que se sentia livre das pressões que vinha sofrendo nos últimos três meses. Bem-humorado, ele comentou que só não falaria em alívio porque "é a palavra que usamos normalmente ao sair do banheiro". O senador procurou restabelecer a sua rotina e saiu cedo de casa, no Lago Norte, para visitar a sepultura da mulher, dona Ruth, no cemitério do Campo da Esperança. Ele pretendia fazer uma caminhada de quatro quilômetros e jogar biribol — espécie de vôlei de piscina — com os netos, mas o assédio dos jornalistas interrompeu os seus planos. Paciente, Passarinho atendeu até mesmo aos pedidos dos fotógrafos para posar num balanço de crianças.

O senador disse que a CPI do Orçamento foi um dos três momentos mais dramáticos de sua vida. Os outros foram o primeiro ato ins-

titucional baixado pelo governo militar, em 1964, quando era governador do Pará e pediu a cassação de vários amigos de sua família, e o AI-5, assinado por ele na condição de ministro do Trabalho do governo Costa e Silva. "A CPI, contudo, foi para mim o momento mais grave, mais sério e mais injusto, pois teve gente que chegou a desabar aos prantos em meu gabinete", disse o presidente da CPI, referindo-se aos deputados Osmânio Pereira (PSDB-MG) e Valdomiro Lima (PDT-RS).

O senador admitiu, também, que a CPI foi um dos momentos mais populares de sua carreira política. Ele voltou a garantir que não pretende disputar a sucessão do presidente Itamar Franco, mas deixou em aberto a possibilidade de concorrer ao governo do Pará. "Soube que as pesquisas me colocam lá em cima, mas eu prefiro pensar na reeleição." Por enquanto, Passarinho deseja apenas participar da revisão constitucional. "Recebi um convite do relator Nelson Jobim (PMDB-RS)", revelou. O senador anunciou ainda que viaja esta semana para o Pará.



PROCESSO
DEVE DEMORAR
"ALGUNS
MESES"